

Psicologia e repressão estatal: que práticas poderiam vir desse encontro?

Psychology and state repression: what practices could emerge from this meeting?

Áurea Alves Cardoso

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

O presente artigo parte da hipótese de que na sociedade moderna e pós-moderna se criam subjetividades que aprofundam a sensação de desamparo, na medida em que os laços são atacados. Na Guerrilha do Araguaia, movimento revolucionário ocorrido como forma de reação à ditadura brasileira, a violência foi usada como instrumento que visava à destruição de um movimento político e de pessoas envolvidas com este. A Psicologia, regulamentada no Brasil no contexto de um regime ditatorial, colocou o seu saber teórico/prático a serviço da repressão e ocupou lugares que legitimaram a violência institucionalizada. Os seus desdobramentos, seja de afastamento ou não dessas atuações acríticas, chegam às nossas práticas atuais. Para a problematização dessas questões, partimos de um breve estudo da sociedade pós-moderna, passando pela história recente do Brasil em relação à ditadura militar. Finalizamos o trabalho fazendo uma breve análise das entrevistas sobre a Guerrilha do Araguaia trazidas por um documentário.

Palavras-chave: Psicologia; Violência; Guerrilha do Araguaia.

ABSTRACT

This article starts from the assumption that modern and postmodern society, create subjectivities that deepen the feeling of helplessness, to the extent that the bonds are attacked. In the Araguaia Guerrilla, a revolutionary movement that occurred as a reaction to the Brazilian dictatorship, violence was used as a tool aimed at the destruction of a political movement and the people involved in it. Psychology, regulated in Brazil in the context of a dictatorial regime, put its theoretical/practical knowledge to the service of repression and occupied places that legitimized the institutionalized violence. Its developments, whether or not such removal uncritical performances, arriving to our current practices. In order to problematize these issues, we begin with a brief study of postmodern society, through the recent history of Brazil in relation to the military dictatorship. We close this work by brief analyzing the interviews on the Araguaia Guerrilla brought by a documentary.

Key-words: Psychology; Violence; Araguaia Guerrilla.

Introdução

No contexto da Ditadura Civil-Militar, foram realizadas sucessivas ações de supressão dos direitos políticos e civis de cidadãos. Essas ações se traduziram em diversas formas de perseguição, ameaça e tortura a todos os que não apoiavam esse regime. Diante das circunstâncias de repressão a qualquer atividade de organização política, militantes contrários ao regime militar e pertencentes ou ligados ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil) vislumbraram, no campo, a possibilidade de articular um processo de organização popular como forma de enfrentamento e combate a esse regime. Essa organização militante, que visava a realizar uma frente popular de resistência armada, foi denominada “Guerrilha do Araguaia”. Ocorreu, principalmente, na micro-região do sul/sudeste do Pará e norte do atual estado do Tocantins, antes estado de Goiás, espaço geográfico banhado pelos Rios Araguaia e Tocantins. Em pouco tempo o movimento guerrilheiro foi descoberto e passou a ser sistematicamente combatido e dizimado pelas forças de repressão do Regime Militar.

No meio do conflito entre os guerrilheiros e as forças militares estavam os moradores da região. Os guerrilheiros, em pouco tempo, conseguiram estabelecer uma relação de proximidade com parte significativa desses moradores. Ao perceberem a relação de proximidade e certa cumplicidade dos moradores com os militantes, as forças militares do Estado impuseram uma política sistemática de violência física e psicológica a parte dessa população. Houve muitos casos de torturas, prisões e ameaças aos moradores da região, bem como se obrigava alguns desses moradores a servirem de “guias” para os militares. Ou seja, a conduzi-los pela floresta para a captura dos guerrilheiros.

O objetivo do nosso trabalho é resgatar uma pequena parte desse período da história brasileira que foi por muito tempo negada e colocada na zona do silêncio. Buscamos contribuir com um breve estudo sobre as práticas psi nesse momento histórico e seus possíveis desdobramentos nos dias atuais. Fazemos esse resgate através de dados levantados pelo Projeto Brasil Nunca Mais (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985) e pelos pesquisadores Pessoa (1997), Moraes e Silva (2005) e Silva (1998). Priorizamos a versão dada pelos moradores da região do Araguaia sobre a Guerrilha do Araguaia, acessada através de livros, depoimentos gravados e filmados, considerando que eles foram pouco citados na maioria das vezes em que o tema foi abordado por pesquisadores, jornalistas e historiadores. Consideramos, no entanto, que os camponeses do Araguaia tiveram, direta ou indiretamente, significativa participação

na Guerrilha e que ainda sofrem as consequências desse conflito. Assim, também apresentamos e analisamos entrevistas trazidas pelo documentário “Palestina do Norte, O Araguaia Passa por Aqui” (SILVA, 1998).

Violência e desamparo

A humanidade é fortemente marcada por acontecimentos históricos e políticos em que a vida e a sensação de segurança são colocadas em risco. Em tempos remotos, os acontecimentos eram mais restritos em sua magnitude devido às condições militares rudimentares. Porém, mesmo assim, à custa de guerras e à revelia dos sacrifícios de vidas humanas, impérios se expandiram. Na Idade Média, dentre os grandes embates, destacamos o conflito entre a Igreja e os ditos “hereges”, numa Cruzada que visava a destruir quem fosse contrário à fé cristã e a conquistar territórios, bens e poder. Ao longo da história da humanidade temos também dados das viagens de descobrimentos (invasões, se preferirmos) que levaram a contatos com povos considerados “primitivos”. Esses povos eram frequentemente vistos como inferiores por terem costumes interpretados como não-civilizados. Tais crenças foram usadas como justificativas para a dizimação de povos inteiros e saqueamento de seus bens.

Na Modernidade, as forças militares se aprimoraram. O armamento foi aperfeiçoado em sua quantidade e na capacidade de destruição. A extensão das consequências dos combates passou a ser sentida por inúmeras nações. Isto é, também, resultado de uma política de globalização que passa a ter valor absoluto. Dentre os acontecimentos que abalaram o mundo nesse período, estão: as Revoluções Russa e Chinesa; a Primeira e a Segunda Guerra Mundial.

Em meio às características da sociedade moderna, ressaltam-se valores individualistas. Em seu projeto de vida, o indivíduo moderno tem o prazer como bem supremo, que precisa ser alcançado a qualquer custo e individualmente, sem a presença do outro, que passa a ser considerado um empecilho. Esse indivíduo hedonista pode acabar caindo nas armadilhas dessa promessa. Nesse contexto individualista da sociedade, de busca livre e individual pelo sucesso, não há lugar para todos, e cada um se torna o único responsável pelo próprio sucesso ou fracasso em se inserir no grupo dos bem-sucedidos no mercado de trabalho. Enriquez (2006) concebe a violência como o que leva à perda de sentido na vida, à sensação de que nada faz sentido, a não ser a busca por um prazer desmedido. O autor destaca que esse indivíduo, embora se

considere livre, é submetido à lógica do capitalismo: o uso de uns e o descarte de outros.

A experiência de desamparo, para Garcia e Coutinho (2004), pode ser exacerbada devido à busca incansável por um prazer sem restrições, em que é possível deparar-se “com manifestações de dor psíquica motivadas mais pela exigência de prazer do que pela restrição ao prazer” (p.126). Já Ehrenberg (2000) afirma que vivemos numa sociedade que supervaloriza a liberdade individual, estimulando a busca pelo prazer que leva, com frequência, à experiência de insuficiência e fracasso.

Voltando a Garcia e Coutinho (2004), percebe-se uma intrínseca relação entre individualismo e desamparo. Do ponto de vista das transformações sociais, Dumont (1985), por sua vez, postula que a instauração da cultura individualista no Ocidente teve início com a Revolução Francesa e que uma de suas máximas era a criação da imagem de um ser uno, livre e responsável pelos seus atos, que estaria, portanto, facilmente suscetível à ideologia capitalista que exacerba o credo individualista.

Na contemporaneidade, o que se observa é um individualismo em que se busca e valoriza o singular, as capacidades inerentes a cada um e não mais o indivíduo livre e igual. Portanto, o que se observa nesse novo individualismo “é uma experiência de desenraizamento, de errância, vinculada à perda de referências simbólicas, que leva a uma busca constante de ancoragens identitárias, ainda que transitórias” (GARCIA et alii., 2004:131). Estar em situação de errância, no sentido de estar à deriva, se traduz numa modalidade de sofrimento psíquico relacionado à sensação de insegurança identitária (SENNETT, 2005). Essa sensação, somada à exigência de busca de prazer sem limites, experiência de desamparo perturbadora, sem referências simbólicas que operem como continente, pode levar o sujeito ao colapso. Consideramos, nesse sentido, que a violência torna-se um imperativo e agravante no quadro de desamparo na pós-modernidade.

Em nossa pesquisa bibliográfica, encontramos diversas definições de violência. Benghozi (2005) diz que é o ataque contra o humano pela arma da humilhação. Assim, para ele, toda violência se caracteriza pela humilhação. Arendt (2001), por seu turno, afirma que a violência destrói o poder (coletivo) e destitui e anula o outro. Finalmente Costa (1986), na discussão que faz em seu livro “Violência e Psicanálise”, postula que a violência é o desejo de causar mal, humilhar, fazer sofrer o outro. À luz da diferenciação que estabelece entre agressividade (que não visa à destruição do outro) e

violência, o autor diz que a última é caracterizada pelo emprego de agressividade com fins destrutivos.

A violência pode levar à dilaceração de vínculos, que corresponde à desmalhagem de laços psíquicos de filiação e afiliação, segundo Benghozi (2005). Ou seja, a dilaceração provocada pelo excesso de excitação sobre o psiquismo pode incidir sobre a capacidade do sujeito em reconhecer-se como parte de algo. Opera-se, assim, uma desmalhagem catastrófica em que a criação de continentes psíquicos - narcisismo individual e grupal - é prejudicada.

Frente à situação de vulnerabilidade, da escassez de meios de evitação da violência ou das suas consequências sobre a vida dos sujeitos, na contemporaneidade criam-se subjetividades cada vez menos investidas na formação de laços entre indivíduos e instituições. A corrosão do caráter, segundo Sennett (2005), é a expressão máxima de como a vida privada está cada vez mais porosa e frágil; consequentemente, mais suscetível à irrupção de valores. Nessa linha de análise, Bauman (2001 e 2004) postula que vivemos numa sociedade cujos relacionamentos são reflexos de uma “sociedade líquida”. Quanto menos laços duradouros se fizerem, mais propício se torna o contexto para a instalação da forma de poder econômico que gera cada vez mais lucro à revelia do bem-estar individual e coletivo.

A Guerrilha do Araguaia

No Brasil, o período histórico de 1964 (quando o presidente João Goulart foi deposto por militares) a 1988 (promulgação da Constituição brasileira) foi fortemente marcado por um sistema político que optou pela eliminação de direitos constitucionais, pela falta de democracia, pela censura, pela repressão e pela perseguição política aos que eram contrários ao regime vigente, a ditadura civil-militar. Destacamos, nesta seção, a importância de nos voltarmos para esse acontecimento histórico, examinando as forças de poder que foram usadas e os objetivos traçados, que levaram a uma forma de domínio que suprimiu tantos direitos. Ressaltamos, também, que foram usados mecanismos para que esse acontecimento fosse silenciado, esquecido e perdido no tempo. Que forças ainda contribuem para manter essa postura alienante até os dias atuais?

Destacamos, a seguir, alguns fatos que ocorreram durante esse longo período (1964–1985). João Goulart (Jango), vice-presidente de Jânio Quadros, tomou posse após a renúncia do presidente, em agosto de 1961. Jango governou o Estado brasileiro

até 1964 quando foi deposto pelo poder militar, instaurando-se assim a Ditadura no Brasil.

Mesmo com Jango na presidência do Brasil, os que conspiraram para evitar sua posse não desistiram de impedir a sua governabilidade. Neste período, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) vivia uma delicada crise interna que não o deixaria perceber que a oligarquia brasileira, composta por setores conservadores da sociedade civil e de meios militares, estava se aliando e conspirando. Esses setores seriam os mesmos que teriam tentado impedir a posse de Jango, sendo derrotados pelos movimentos de esquerda e pela reação dos governadores Leonel Brizola (do Rio Grande do Sul), Miguel Arraes (de Pernambuco) e Mauro Borges (de Goiás).

Jango, sufocado pela burguesia brasileira e impossibilitado de governar, é deposto em 1 de abril de 1964 pela ala do poder militar que representava a oligarquia. Os militares, segundo Pessoa (1997), eram assessorados e financiados pela elite brasileira (empresários e coronéis) e pelo governo norte-americano, que via no governo de Jango (popular para alguns e populista para outros) uma ameaça para seus planos na América Latina. Enquanto Jango é exilado, segue no Brasil um poder ditatorial extremamente cruel para os que se opusessem ao regime. A esquerda brasileira, nesse período, estava profundamente fragmentada devido a fortes divergências de ideias e foi extremamente perseguida. Até mesmo o PCB, como constata o Projeto Brasil Nunca Mais (1985), que decidiu não adotar meios radicais de implantar o socialismo no Brasil, preferindo fazer alianças com o poder, também sofre duras baixas. Uma parte de seus dirigentes é perseguida e morta, como: “David Capistrano da Costa, Luiz Inácio Maranhão Filho, João Massena de Melo, José Montenegro de Lima, Elson Costa, Nestor Veras e outros.” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

Essa forte onda de terror, o acirramento das perseguições políticas e o fechamento do Congresso Nacional, decorrentes também do decreto Ato Institucional N.º 5 (AI 5), levaram muitos militantes de esquerda ao exílio e uma parte do Partido Comunista do Brasil (PC do B) a decidir-se pela luta armada popular no interior do país e luta prolongada, à luz da experiência chinesa. Os militantes partem para o campo a fim de começar um processo revolucionário. Apoiados por parte da população nativa e contando com as dificuldades que a mata impunha, acreditavam que o menor número de militantes iria superar a maioria militar.

A partir do momento em que existe o racha no PCB (que passa a se chamar Partido Comunista Brasileiro) e surge o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), o ponto

de divergência dentro do PCdoB, que opta pela não aliança com o regime vigente, passa a ser a escolha do meio mais adequado para se conseguir implantar o socialismo e um governo de representação efetivamente popular: se por meios pacifistas ou revolucionários. Ficou claro para o PCdoB, em certo momento, que a luta armada seria o melhor caminho para depor o poder militar. A decisão teria sido tomada no auge da ditadura militar, quando os movimentos sociais e a esquerda brasileira estavam sofrendo represálias do governo militar. Posteriormente, a questão passou a ser: qual o referencial teórico-ideológico (soviético, chinês ou cubano) e a estratégia a adotar (guerrilha urbana ou rural).

A esquerda revolucionária brasileira, não tendo mais um referencial teórico unificador, já que discordava da postura adotada pela União Soviética, procurou outros referenciais, que viam na luta armada a única alternativa para se chegar ao socialismo (PESSOA, 1997). Cuba, China e Vietnã foram os países-ideários que mais contribuíram com o movimento revolucionário brasileiro na preparação de estratégias e táticas para a revolução. Quanto à estratégia de guerrilha a ser adotada, se no campo ou na cidade, foi escolhido o campo por ter sido considerado o ponto mais fraco do país, onde o movimento encontraria menos resistência do governo militar e, assim, teria mais possibilidades e tempo de desenvolver uma guerra popular prolongada. Ou seja, partindo da experiência chinesa liderada por Mao Tsé-Tung, os militantes iriam se embrenhar no campo, entre os camponeses, e conseguir da população o apoio necessário. O apoio da população era considerado essencial para o sucesso da estratégia, para se deflagrar a guerra popular e para tê-la como base de apoio logístico, bem como conquistar voluntários e adeptos para o movimento.

Porém, para que a frente rural tivesse sucesso, seria necessário existir uma base no meio urbano que ficasse com a incumbência de adquirir recursos para o deslocamento de militantes até a região do Araguaia e também garantir a sobrevivência dos que viviam na clandestinidade. E assim aconteceu a luta armada brasileira conduzida pela esquerda e encabeçada pelo PCdoB: um grupo de militantes ficou no meio urbano para servir de base para os que foram para zona rural. Decidiram adotar a tática de guerra popular prolongada visando, através do apoio popular, a iniciar uma guerra que deporia o poder militar e implantaria um poder que seria verdadeiramente representativo do povo brasileiro.

A região que melhor respondia aos quesitos defendidos pelos militantes do PCdoB era a amazônica, especialmente a região que ficava próxima ou às margens do

Rio Araguaia, daí o nome Guerrilha do Araguaia. Os primeiros guerrilheiros chegaram à região no início da década de 1970. Mas se tem notícia de que, no ano de 1967, esteve na região um integrante do PCdoB, homem forte, negro, alto e simpático. Era Osvaldo Orlando da Costa, o mito conhecido na região como Osvaldão, um dos personagens mais marcantes da guerrilha e que havia se deslocado para a região com o objetivo de conhecer e de se familiarizar com a mesma. Os primeiros militantes, logo que chegaram, delimitaram áreas para receber os companheiros. Nessas áreas, implantaram três bases militares: Faveira (que veio a ser chamado de Destacamento A), Gameleira (Destacamento B) e Caianos (Destacamento C).

A chegada dos guerrilheiros na região do Araguaia foi recebida com naturalidade, já que havia garimpos na área e o governo militar incentivava a ocupação da Amazônia. A região, sempre esquecida pelos governos federais (ao contrário das regiões sul e sudeste) no tocante a investimentos elementares, era um dos principais destinos de famílias que fugiam da seca do nordeste. Com o *boom* desenvolvimentista, intitulado “milagre econômico”, a abertura da Transamazônica se deu em 1970, pelo governo militar do general Emílio Garrastazu Médici. A região, portanto, passou a despertar também o interesse de empresas agropecuárias e de extração vegetal e mineral. Ocuparam a região de forma desordenada, através de grilagens de extensas áreas de terra, expulsando o pequeno agricultor do espaço que cultivava. Dava-se início aos conflitos de terra que perduram até hoje na região.

A missão inicial dos militantes, ao chegar à região, era de preparação. Ou seja, adaptar-se à população de forma amigável, suprir ao máximo as necessidades daquelas pessoas (medicina, comércio, remédios, etc.) sem chamar muito a atenção dos militares. Visavam ao conhecimento da região, a fazer treinamentos físicos através do trabalho na roça e corridas pela mata. Tinham objetivos táticos e estratégicos.

A guerrilha não tinha data para começar. Os que iam chegando à região ao longo dos anos 1970, 1971 e 1972 eram encaminhados aos destacamentos e começavam logo o processo de adaptação e preparação. Porém, quando as atividades foram descobertas pelos militares, os que haviam chegado há pouco tempo ainda não estavam adaptados. O trabalho político com os moradores da região não tinha sido realizado e não tinham armamento suficiente para combater. Com o início da batalha, a população ficou no meio do conflito, sem saber o que estava acontecendo, sem saber o porquê de tantos soldados no entorno perseguindo pessoas que suscitavam seu respeito e estima.

As versões sobre a descoberta das atividades de preparação para a guerrilha são várias. Dentre elas está a de que grileiros de terra da região, sentindo-se ameaçados de não poder continuar expandindo suas propriedades de forma ilícita, teriam denunciado à PM a presença de pessoas suspeitas, ensinando os camponeses a ler e tratando de suas doenças. Outra versão é a de que as forças armadas teriam adquirido informações através de prisões e torturas dos militantes que desistiram da luta armada.

De abril a junho de 1972 aconteceu a primeira campanha, reação armada do regime militar ao movimento dos militantes do PCdoB na região do Araguaia. Não se sabe ao certo quantos militares foram enviados à região. Mas, de acordo com uma reportagem feita por Henrique Gonzaga Junior e publicada no Jornal O Estado de São Paulo em 24 de setembro de 1972, havia na região, aproximadamente, cinco mil homens das Forças Armadas (GONZAGA JUNIOR, 1972 *apud* MORAIS et alii., 2005:285).

Na primeira campanha, o poder militar saiu derrotado por ter subestimado o movimento guerrilheiro. Chegaram à região intimidando a população e despertando antipatia na mesma. Após as baixas que os militares foram sofrendo, passaram a fazer prisões em massa de moradores. Acusavam-nos de ajudar os militantes que eles, das forças armadas, chamavam de terroristas e subversivos porque pegavam em armas contra o governo. A referida campanha produziu as primeiras vítimas entre os moradores da região: Lourival de Souza Paulino (barqueiro e amigo dos militantes) foi assassinado), Padre Roberto de Valicourt e Irmã Maria das Graças foram presos e submetidos a torturas físicas e psicológicas. Dentre os militantes, foram mortos Carlito (logo após a sua prisão), Jorge, Maria e Aparício. Os presos foram os seguintes: Geraldo, Nilo, Domingos, Baianinha, Miguel e Jorge. As baixas do lado dos militantes se deram principalmente devido ao excesso de confiança que depositaram em alguns moradores da região que se renderam à persuasão ou recompensa prometida pelos militares. A baixa do lado dos guerrilheiros foi, no entanto, por eles avaliada como consequência da deficiência no trabalho político com os camponeses.

Na segunda campanha das Forças Armadas, iniciada depois de aproximadamente três meses de intervalo, os militares voltaram com a tática de isolar cada vez mais os guerrilheiros, por fim à guerrilha o mais rápido possível e conquistar a população local. Levaram até a população serviços essenciais como assistência médica (incluindo remédios e vacinas) e odontologia. Abriram estradas, legalizaram posses, doaram terras, perseguiram e mataram pistoleiros e fizeram fazendeiros regulamentarem

a situação de seus empregados. Tudo foi feito para atrair a simpatia e confiança do camponês. Porém, eles não contavam com que, durante a sua ausência, os militantes voltariam a ter contato com o povo, o informariam sobre o conflito e suas razões, começariam a fazer um trabalho de conscientização política e que muitos se disporiam a guiá-los pela mata. Nesse intervalo, voltaram também a ter contato com os militantes que estavam nos centros urbanos a fim de se abastecer e reorganizar o movimento.

Mesmo com um efetivo maior na segunda campanha, os militares não conseguiram vencer os guerrilheiros. Cometeram erros como o “fogo amigo”, ou seja, atingir grupos aliados por se desconhecerem. Do lado militante, também houve baixas devido à inexperiência: Vitor e Zé Francisco foram mortos. Percebendo a presença do inimigo, esconderam-se, mas, num descuido, fizeram um barulho que atraiu a atenção dos militares. Nessa campanha, também foram mortos Cazuya, Antônio, Juca, Flávio e Gil (PESSOA, 1997).

As tropas novamente se retiraram. Esse segundo intervalo se deu no período de um ano e as Forças Armadas tinham o propósito de envolver uma equipe ainda maior, mais eficiente e agressiva para que não restasse mais nenhum resquício da guerrilha e se aniquilassem todos os que estivessem ligados, de alguma forma, ao movimento. Todos os mecanismos para extinção da mesma seriam utilizados pelos militares, lançando mão, sem pudor, de mecanismos como construção de estradas, quartéis, intimidações, prisões, torturas e mortes. Dos 125 desaparecidos políticos no Brasil desde 1964, 60 são da Guerrilha do Araguaia. Inicia-se em outubro de 1973 a terceira, última e mais sangrenta campanha.

Na terceira campanha das forças armadas, quem subestimou o inimigo foram os guerrilheiros: não esperavam que eles viessem tão bem preparados e isso foi fatal para o movimento. Os militantes tiveram mais tempo para fazer a conscientização política da população, angariaram mais apoio e mais recrutas para o movimento; porém, com o início da última campanha, as forças armadas conseguiram sufocar o contato e o apoio da população através da intimidação e da tortura (PESSOA, 1997).

Ao contrário do intervalo das campanhas anteriores, os militares, assim como os guerrilheiros fizeram inicialmente, destinaram à região do Araguaia pessoas que se infiltraram no meio da população (os “secretas”). O objetivo da tática era ganhar a confiança dos camponeses, obtendo assim conhecimento sobre os militantes e sobre quem estivesse ligado aos “terroristas” (como eram citados pelas tropas) ou aos “paulistas” (forma como eram conhecidos pelos camponeses).

Assim, o cerco se fechou tanto para os moradores da região quanto para os guerrilheiros. Chegando à região, os militares foram diretamente aos moradores que os “secretas” afirmaram ser ligados ao movimento. Aproximavam-se com truculência em busca de informações. Segundo relatos do Padre Roberto de Vallicourt, aproximadamente trezentas pessoas foram presas e torturadas. O padre contou ainda que os militares prenderam um rapaz que sofria de doença mental e que estava voltando da mata: ao ver o helicóptero assustou-se e correu; ao ser apanhado e não sabendo o que responder, foi torturado e nunca mais apareceu (PESSOA, 1997:145).

Quanto aos militantes que estavam embrenhados na floresta, a ordem do governo militar era não deixar nenhum sobrevivente. Mais preparados, vestidos com vestes civis com o objetivo de serem confundidos com os “terroristas” e também com a população, adentraram a mata e encontraram resistência por parte dos militantes, mesmo que de forma deficiente devido ao fato de seu armamento ser precário e o número de pessoas ser reduzido. Segundo o Coronel Pedro Cabral (integrante da operação final de “limpeza da área”, que “desovou” os corpos dos guerrilheiros na Serra das Andorinhas), houve resistência por parte dos guerrilheiros somente no início. Depois existiu uma espécie de caçada, como se caçassem animais. As baixas do lado dos militantes foram constantes e em massa. Alguns tiveram seus corpos mutilados para dificultar a identificação; outros foram presos, torturados e foram desaparecidos. Poucos conseguiram fugir, como Ângelo Arroyo (mais tarde morto numa chacina na Lapa, em São Paulo) e Zezinho. Um dos últimos guerrilheiros a ser morto foi o líder e mito Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão. Sua morte foi comemorada com fogos pelos militares, secretas e bate-paus que guiavam as tropas pela mata. Depois de morto, seu corpo foi mostrado para a população, amarrado, suspenso num helicóptero como um trofeu.

Chegava ao fim uma das mais sangrentas guerras que o Brasil viveu. A última missão das Forças Armadas na região, a mando do poder superior de Brasília, foi que não se deixasse nenhum vestígio de que algum dia acontecera o conflito no Araguaia. Um helicóptero levou grande parte dos corpos para a Serra das Andorinhas, e lá teriam sido despejados e queimados (PESSOA, 1997).

Prática PSI nos tempos de chumbo e possíveis desdobramentos

A geração pós 1968, segundo Costa (1986), foi marcada por experiências de repressão, tortura e censura da liberdade de expressão em nome da ideologia de

segurança nacional fomentada pelo Estado. A prerrogativa era usada para justificar as atrocidades impunes dispensadas à população que fora, principalmente, atingida e dilacerada na sua condição de sujeito da própria história. Essa ferida profunda de insegurança, intensificação da sensação de cisão, angústia, medo, próprios da vivência do desamparo, foi um terreno fértil para a implantação e propagação do modelo de capitalismo em que o sucesso depende em parte de uma descrença no grupo social. Prevalece, deste modo, o desejo individualista de sucesso que nem o Estado nem a comunidade são capazes de garantir. Em outras palavras, a sensação de desamparo, experimentado pela desconfiança no Estado de que antes provinha a sensação de segurança e bem-estar é espaço fecundo para a implementação de determinado modelo político-econômico-social. Este modelo incute nos indivíduos a promessa de liberdade para se conquistar o bem-estar individualmente e acena com a promessa de prazer duradouro, sem limites. E a Psicologia exerceu um papel fundamental (e questionável) neste processo individualizante, reproduzidor de preconceitos e de políticas criminalizantes de setores considerados à margem do progresso capitalista.

A Psicologia no Brasil foi regulamentada em 1971 pelo então presidente militar Médici, considerado o mais radical do regime militar, que encabeçou o “golpe dentro do golpe” (COIMBRA, 1995), ou seja, a prevalência da linha mais dura sobre a considerada mais branda. O governo que decretou o AI 5, que mais perseguiu, torturou e matou opositores é, portanto, o mesmo que autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia através da Lei Nº 5.766. Ora, sendo este o contexto de implementação da Psicologia no Brasil, de quem, ou de quê, ela estaria a serviço? Quais foram os compromissos implícitos assumidos por essa categoria? Em entrevista ao CRP/RJ, Coimbra (2009) relata que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) homenageou Médici. Como podemos entender tão grande proximidade e afeição?

“Guardiães da Ordem – uma viagem pelas práticas psi no Brasil do ‘Milagre’” (COIMBRA, 1995) é um livro provocador que nos guia (inquietando) pelas práticas psi no Brasil em meado dos anos 1970. É nele, especialmente, que nos inspiramos para as colocações que se seguem.

O *boom* da psicologia no Brasil se dá em um contexto em que se propagava a ideia de que a família estava em crise; portanto, haveria necessidade de especialismos para dar conta dos desvios existentes. Diante do discurso da crise da família que não consegue conter os seus filhos e incutir neles uma necessidade de progresso, de ascensão social, o que se vê é uma crescente psicologização e um esvaziamento da

realidade social. É a valorização de uma visão intimista em correlação com uma visão demonizadora do público, principalmente no que diz respeito à militância política.

Se na ditadura militar a ordem era obedecer, submeter-se às vontades de quem estava no poder sob pena de ser perseguido, torturado ou morto, a Psicologia nasce com um discurso de fiscalizar e normatizar as próprias práticas psi. Que fazer poderia vir desse implícito acordo?

Para que a repressão aplicada na ditadura militar fosse eficiente seria necessário um aparato sofisticado com a presença de diversos saberes/especialismos. A Psicologia, dentre outras ciências, como a medicina, fez parte desse perverso aparato. Profissionais psi acompanhavam as sessões de torturas e emitiam laudos e pareceres que atestavam o estado mental do preso, omitindo as torturas a que era submetido. Outro dado importante que Coimbra nos traz é que psicólogos atuaram de forma efetiva em pesquisas e aplicações de testes que buscavam diagnosticar “o perfil psicológico do terrorista brasileiro”. O saber psicanalítico foi fundamental nesse contexto no que diz respeito à aplicação e interpretação de testes projetivos. Daí surgiram categorias como desajustamento, insegurança, imaturidade e debilidade do ambiente familiar, que não teria dado suporte ao jovem e que, portanto, necessitaria igualmente de tratamento. Ou seja, a presença psi nesse contexto é, essencialmente, a de colocar o seu saber/poder para estigmatizar, rotular os opositores ao regime, omitindo-se e sendo conivente com as violações de direitos humanos. A sua prática, além de cúmplice do sistema repressor, é também criadora de subjetividades que patologizam e estigmatizam pessoas e grupos. Ao mesmo tempo, cria potenciais usuários do seu fazer clínico, que enchem os consultórios particulares de psiquiatria/psicanálise/psicologia.

Práticas como essas não ficaram no passado. Embora setores da psicologia venham avançando em relação ao engajamento em lutas sociais, assumindo uma dimensão política, analisando criticamente a sua atuação (BOCK, 2012), práticas como as assumidas no período da repressão no Brasil continuam vivas entre nós. Se no período da ditadura militar opositores ao regime ditatorial eram rotulados como subversivos e drogados e, com isso, se naturalizavam ações de repressão como tortura e morte, tais tratamentos vêm sendo dispensado aos considerados perigosos dos dias atuais. Com a política adotada pelo Plano de Segurança Nacional, o inimigo nacional deixa de ser externo e passa a ser interno (COIMBRA, 2001). Portanto, a partir dessa lógica, o considerado subversivo à ordem vigente e a todas as suas ideologias capitalistas deve ser cassado, preso, corrigido ou, se for considerado irrecuperável, deve

ser morto. Atualmente, esse tipo de intervenção é direcionada aos pobres, negros, moradores de favelas, moradores de rua, drogados, etc. A política de estabelecimento e preservação da ordem é dispensada aos não aptos ao capitalismo. Ações como internação compulsória de dependentes químicos, remoções, mortes de moradores de favelas facilmente justificadas por invasões policiais em busca de criminosos, os tais “autos de resistência”, vêm acontecendo sempre com mais frequência e são visto com mais naturalidade, sem muita contestação. Geralmente, essas ações são aplaudidas por uma parte da população que se percebe sedenta de segurança militar.

Nesse contexto, psicólogos vêm atuando acriticamente em programas que têm uma lógica de prevenção, intervenção e tratamento, e nada mais são do que disciplinadores, produtores de corpos dóceis para uma sociedade ávida de consumidores não pensantes. Coimbra (2001), ao falar sobre a presença de psis em programas de combate a violência doméstica (colocada no âmbito do privado, intimista e, portanto, psicologizante), traz uma reflexão interessante no que diz respeito à atuação efetiva desses profissionais quando se deparam com situações de violações de direitos praticadas pelo Estado (espaço público que tem caráter político-social). O psicólogo não é preparado e incentivado a denunciar violações como estas. Ao contrário, ele é intimidado, e por desconhecer, geralmente, frentes de resistência que possam dar respaldo no seu fazer comprometido com a ética e a defesa de direitos humanos, ele silencia. Acomoda-se em lugares alienantes, repressores e produtores de verdades excludentes. Faz documentos que omitem as reais condições a que o sujeito avaliado está submetido, como maus-tratos, confinamento em ambiente insalubre, etc. Posturas como essas são as de, mais uma vez, colocar-se como cúmplice da violência praticada pelo Estado.

Faz-se necessário pensar cada vez mais em nossa atuação como psicólogos nos dias de hoje. Um dos pontos a ser pensado é a formação. O estudante de psicologia precisa conhecer a história da Psicologia no Brasil, como foram as suas práticas, a serviço do quê e de quem estiveram e estão. Verani (1994), discutindo o encontro da Psicologia com o Direito, questiona com que Direito a primeira deseja se encontrar. Podemos transpor essa questão e nos perguntar: com que Psicologia queremos nos vincular para embasar a nossa prática? Com a Psicologia normativa que anseia, em sua prática, disciplinar a sociedade e se utiliza de laudos fabricados para intensificar esse fazer? Com a que procura aprofundar as desigualdades sociais intensificando preconceitos, estereótipos, e que maquia essas práticas com um discurso de tratar a

todos com igualdade no que diz respeito à aplicação da lei? Ou, alternativa e diferentemente, com uma área vinculada aos Direitos Humanos, que preza pelo direito humano à liberdade, pelo crescimento dos sujeitos? Se é com esta última, que se propõe a estar aliada aos Direitos Humanos, que queremos nos associar, nosso grande desafio é romper com as amarras do preestabelecido a serviço da norma e da disciplina, a fim de garantir direitos fundamentais, principalmente aos que são historicamente e cotidianamente violados.

Uma breve análise do documentário “Palestina do Norte: O Araguaia passa por aqui”

O filme documentário “Palestina do Norte: O Araguaia passa por aqui” (SILVA, 1998), curtametragem de Dácia Ibiapina, lançado em 1998, tem como propósito dar voz a um grupo social que teve grande participação na Guerrilha do Araguaia. Os protagonistas são mulheres que ficaram no esquecimento, silenciadas num período da história.

O filme documentário começa com a representação do episódio que significou um marco do final da Guerrilha do Araguaia: a captura e morte do Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, um dos líderes da guerrilha. Ao fundo, se ouve o discurso do presidente Ernesto Geisel, proferido em 1968, revogando o AI-5. O filme documentário mostra ainda que os militares prenderam o corpo de Osvaldão com uma corda em um helicóptero e o suspenderam. De acordo com os relatos dos moradores da região, o corpo do militante foi então transportado, pendurado, do local onde foi morto, na mata, até o vilarejo de Xambioá-Go.

Lisbela, a primeira entrevistada, conta que aconteceu uma guerra na região do Araguaia e que seu marido foi preso duas vezes. As prisões se deram devido à denúncia feita por outros moradores, que teriam afirmado que ele alimentava os guerrilheiros na mata. Lisbela diz que teve contato com o “povo da mata” e que duas guerrilheiras, Dina e Tuca, teriam ido à sua casa.

Petronília, a segunda entrevistada, fala com orgulho do fato de ter visto Osvaldão, um dos principais líderes da Guerrilha. Ela o viu “tratando um porco”. Outros guerrilheiros teriam sido vistos pela moradora passando pelo vilarejo com muitos mantimentos. Ela relata ainda que um deles vivia mais tempo na mata, sendo, portanto, visto com menos frequência. Petronília diz que vivia “amedrontada, com medo”. Foi aconselhada pelas tropas militares a fazer um buraco dentro de sua casa para que, em

caso de confrontos, tivesse onde se abrigar com os filhos. Os militares teriam manifestado euforia pela morte do guerrilheiro Osvaldão na frente de sua casa.

A terceira entrevistada, Rita, diz que não conheceu pessoalmente nenhum guerrilheiro. Relata a perda de um cachorro que seria bom de caça. Diante de qualquer suspeita, a ordem era atirar. Os soldados, vendo que algo se movimentava no mato, acabaram matando o animal.

Nazaré, a quarta entrevistada, relata a impossibilidade de confiar nos vizinhos, pois todos eram potencialmente delatores. Qualquer acontecimento ou fala era passível de ser visto ou ouvido, e interpretado como “coisa de terrorista”.

Raimunda, a quinta e última moradora entrevistada no documentário, é uma mulher simples e com aparência muito frágil. Relata que sofreu com a guerrilha porque seu marido estava sofrendo. Sua casa teria sido cercada por policiais que lhe perguntaram sobre o paradeiro do marido. Sem conseguir avaliar o perigo, acabou dizendo que ele chegaria naquele dia. Os policiais foram ao encontro dele, o prenderam e o torturaram sob acusação de que seria um “guia” dos guerrilheiros.

Duas das entrevistadas, portanto, tiveram maridos diretamente envolvidos na guerrilha do Araguaia, presos e torturados. Uma delas, Lisbela, conta que o marido foi preso duas vezes, pois pessoas o denunciaram por sustentar o povo da mata. Conta ainda que tinha muito medo, principalmente à noite. Antes mesmo do anoitecer, de findar o dia, se recolhia com os filhos. Não gostava que eles conversassem e quase não dormia à noite. Adormecia somente depois de muita resistência, quando “o sono me roubava e eu pegava no sono”. O medo era tanto que a impedia de conversar com os filhos quando a noite ia se aproximando. Também lhes impunha a lei do silêncio, que parecia ser vista por ela como uma forma de proteção. Porém, sabemos que o silêncio também era uma forma de continuidade e disseminação da tortura imposta pelos militares. Nem a mãe nem os filhos podiam falar dessa experiência. O ambiente sagrado do diálogo fora ameaçado pela violência que invadira aquela família, levando o pai do seu meio.

Raimunda, que teve o marido preso e torturado, relata, em meio a reticências, que ele era um guia dos guerrilheiros. Ao contar que teria dito inocentemente aos militares que o marido chegaria, revela estar carregada de sentimento de culpa, pois a informação teria contribuído de certa forma para que fosse encontrado e preso. Qualifica o tempo da guerrilha como tempo de muito sofrimento e diz ter medo de falar sobre o assunto, porque teme a volta dos militares. Seu desconforto em falar sobre o

conflito aparece com intensidade no documentário: ela demonstra inibição e angústia ao mencionar a prisão e a tortura sofridas pelo marido. Sua postura corporal denuncia aquilo de que parece penoso falar. Em alguns momentos, demora a responder, olha para o lado como se estivesse buscando algum apoio, ou talvez por medo de que alguém chegasse naquele momento para repreendê-la por estar falando demais.

O tema da delação, levantado por Lisbela, também está presente na fala de Nazaré. Quando os militares chegaram, intimidaram ou subornaram algumas pessoas para que denunciassem o paradeiro dos militantes. Os camponeses não sabiam mais em quem confiar, pois a confiança estava porosa: qualquer pessoa era um denunciante em potencial. Lisbela comenta que pessoas contaram aos militares que eles sustentavam os guerrilheiros, e que por esse motivo seu marido foi preso. Já Nazaré relata que umas pessoas chegaram à região e conversavam com outros pelo rádio. Uma vizinha, ouvindo alguns diálogos, os denunciou aos militares por estarem falando com cubanos. Esses forasteiros, portanto, também foram presos. Raimunda, nesse contexto, parece sentir-se culpada por revelar o paradeiro e a chegada do companheiro, demonstrando assumir a responsabilidade por ser a delatora do próprio marido. Ela, com toda a sua simplicidade, parece não perceber o quanto os homens das forças armadas agiram de má fé, aproveitando-se do seu jeito inocente para colher informações. Demonstra ter assumido um sentimento que não é seu. Kaës (2005) afirma, nesse sentido, que o sentimento de culpa embutido em pessoas próximas às vítimas de prisão, de tortura e de morte é uma forma de redimir os carrascos da responsabilidade pelos possíveis danos causados e de atribuir às testemunhas uma cumplicidade com os atos hediondos.

O sentimento de confiança entre os vizinhos e os amigos parece ter sido abalado de alguma forma. Na Ditadura Militar, os vínculos grupais eram constantemente visados e censurados. Consideramos que os laços, os vínculos e o registro do sujeito em um grupo social são as bases para se enfrentar os embates da vida. É principalmente a dimensão coletiva a mais combatida pela violência. Contudo, apesar da realidade de sofrimento desses indivíduos que residiam em uma região pobre do país e precisavam lutar pela sobrevivência, a dimensão coletiva não foi totalmente aniquilada pelo contexto de violência.

A partir do documentário em questão, podemos afirmar que a ditadura militar não foi capaz de destruir por completo os laços entre aqueles camponeses. Por mais que tenham sido violentados em sua condição de cidadãos, sendo até mesmo cerceados no direito de ir e vir, como relata Petronília, conseguiram se reunir em uma organização. O

movimento de quebradeiras de coco babaçu reúne mulheres que vivem dessa profissão tão pesada e pouco remunerada. Elas lutam por objetivos comuns, organizam-se para conquistar melhores condições de trabalho e garantir seus direitos como cidadãs. Lutam pelo direito de continuar usufruindo de um bem-comum (o coco babaçu), contra o desmatamento e também lutam juntas por meios alternativos de renda.

A remalhagem dos laços, segundo Benghozi (2005), abre uma alternativa à desmalhagem catastrófica. Ou seja, o que essas mulheres estão fazendo é mais do que adquirir renda: estão reparando laços rompidos pela violência. As quebradeiras de coco babaçu estão rompendo com o imperativo de sucumbir isoladamente diante da dor e estão buscando apoio no coletivo. Estão superando a dor em comunidade.

Considerações finais

Consideramos que os fatos vividos pela população da região do Araguaia, assim como pelos guerrilheiros, foram experiências de violência. Esses sujeitos foram atingidos diretamente pelas estratégias de destruição e de aniquilamento por parte de quem detinha o “poder soberano” de vida e morte no período da ditadura brasileira. O Estado, naquele período, lançava mão de instrumentos de terror, como a perseguição política, a tortura e a morte.

Acreditamos que as subjetividades criadas na contemporaneidade aprofundam a sensação de desamparo na medida em que os laços entre os indivíduos e as instituições são ameaçados. O sujeito, frente à realidade de excessiva exigência, própria de um contexto de constantes transformações, pode experimentar cada vez mais as sensações de insuficiência e fracasso, conforme apontado por Ehrenberg (2000). A violência, nesse contexto, aparece como instrumento de um sistema que busca o lucro econômico à revelia do bem-estar dos sujeitos. São incentivados, na sociedade contemporânea, a sair da condição para serem meros espectadores de um sistema: constantemente insatisfeitos, passam a buscar prazer e sentido de vida consumindo de forma ilimitada, mesmo não podendo.

Constatamos, porém, que mesmo diante da possibilidade de que tudo desse errado após experiências de diversas formas de violência sofridas durante a Guerrilha do Araguaia, mulheres simples, lutadoras, esposas de homens presos, torturados e alguns mortos encontraram alternativas interessantes. Elas se reúnem em um grupo de quebradeiras de coco babaçu. Em conjunto, lutam por sobrevivência financeira, mas

também pela recuperação da dimensão do coletivo que foi atacado pela violência sofrida no período da ditadura no Brasil.

A presença da psicologia na ditadura civil-militar se deu num momento em que a primeira buscava se firmar como ciência. Com isso, aceitou acriticamente um lugar que contribuiu para a legitimação de um governo ditatorial. Cabe a nós hoje, profissionais psi, continuar rompendo com esses lugares preestabelecidos que legitimam poderes excludentes, marginalizantes, opressores. Ou, de acordo com Coimbra (1995), passemos a colocar o nosso saber em discussão para dar espaço ao fortalecimento de práticas que garantam direitos aos que são cotidianamente violados e lutemos contra seduções ao acomodamento e naturalização do que se institui. Que as nossas práticas sejam cada vez mais de afirmação de formas coletivas de existência, resistência e de luta.

Referências

- ARENDT, Hannah. *Poder e violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BENGHOZI, Pierre. Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços. *Psicologia clínica*, vol. 17, n. 2, p. 101-109, 2005.
- BOCK, Ana. História da organização dos psicólogos e a concepção de fenômeno psicológico. In: JACÓVILELA, Ana Maria (Org.); CEREMO, Antonio Carlos (Org.); RODRIGUES, Heliana (Org.). *Clio-Psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual do Centro Edelstein, 2012. v. 1. , p. 13-24.
- COIMBRA, Cecília. Entrevista: Mudanças na Psicologia. *Jornal do CRP-RJ* N° 21, março de 2009.
- _____. *Guardiões da Ordem: Uma viagem pelas práticas psi na Brasil do Milagre*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- _____. Práticas Psi e Tortura no Brasil. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 1, n.2, p. 95-105, 2001.
- COSTA, Jurandir. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- EHRENBERG, Alain. *La Fatiga de ser uno mismo – Depresión y Sociedad*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2000.
- ENRIQUEZ, Eugène. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167656482006000100011&lng=pt&nrm=iso, 2006. Acessado em 23 de junho de 2013.

- GARCIA, Cláudia.; COUTINHO, Luciana. Os novos rumos do individualismo e o desamparo do sujeito contemporâneo, <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30701311>. 2004. Acessado em 12 de junho de 2013.
- KAËS, Rene. *Os espaços psíquicos compartilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- PESSOA, Romualdo. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 10ª. Edição. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- SILVA, Dácia. *Palestina do Norte: O Araguaia passa por aqui*. (Obra de artes visuais/Cinema), 1998.
- VERANI, Sergio. Alianças para a liberdade. In: BRITO, Leila. (Org). *Psicologia e instituições de Direito: a prática em questão*. Rio de Janeiro: UERJ/CRP-RJ/Comunicarte, 1994, p.14-20.

Áurea Alves Cardoso
Psicóloga formada pela PUC-Rio, especialização em Psicologia Jurídica pela UERJ.
E-mail: aureaxcardoso@gmail.com